



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)
ISSN 2177-3688

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento
Comunicação Oral

**ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO:
INSTITUCIONALIZAÇÃO COMO DISCIPLINA CIENTÍFICA NO
ÂMBITO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO¹**

***KNOWLEDGE ORGANIZATION AND REPRESENTATION:
INSTITUTIONALIZATION AS
SCIENTIFIC DISCIPLINE WITHIN THE INFORMATION SCIENCE***

Gracy Kelli Martins, UFCA
gracy.martins@ufca.edu.br

João Batista Ernesto de Moraes, UNESP
jota@marilia.unesp.br

Resumo: As formas pelas quais a humanidade sempre fez uso da Organização e Representação do Conhecimento (ORC) são parte de uma organização social, na qual, pela percepção e razão, buscou a formulação de conceitos abstratos sobre a realidade que o cerca. As construções lógicas e de categorização refletem a estrutura do conhecimento que por séculos os estudiosos tencionam representar desenvolvendo sistemas de organização do conhecimento. Realizou-se um levantamento bibliográfico para identificar o percurso histórico e as relações da ORC com outras ciências. A consolidação acadêmica da Biblioteconomia e, posteriormente, da Ciência da Informação e todo aparato tecnológico que desponta nos anos de 1950, desencadearam experiências de tratamento automatizado da informação e suas três principais abordagens teóricas influenciaram tanto na prática investigativa de novos procedimentos, como na geração de produtos e instrumentos. Esses aspectos evidenciam a constituição da ORC como disciplina científica no âmbito da Ciência da Informação.

Palavras-chave: Institucionalização Científica. Interdisciplinaridade. Organização e Representação do Conhecimento.

Abstract: The ways in which humanity has always made use of knowledge organization and representation (KOR) are part of a social organization in which, by perception and reason, sought to formulate abstract concepts about the reality that surrounds it. The logical and categorization constructions reflect the structure of knowledge that for centuries scholars intend to represent developing knowledge organization systems. We conducted a literature review to identify the

¹ O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

historical background and the relationships of KOR with other sciences. The academic consolidation of Librarianship and, later, of Information Science and the whole technological apparatus that rises in the 1950s, triggered experiences about automatic processing of information, and its three main theoretical approaches influenced both in investigative practice of new procedures, as the generation of products and instruments. These aspects evidence the establishment of the KOR as a scientific discipline within the Information Science.

Keywords: Scientific Institutionalization. Interdisciplinarity. Knowledge Organization and Representation.

1 INTRODUÇÃO

O processo de organização e representação está presentes na humanidade desde sua gênese. Ambos evocam, antes de tudo, uma multiplicidade de conceitos e, em especial, o termo representação está, de acordo com Lara (1999), enfaticamente presente na literatura da filosofia, da terminologia, da linguística e da sociologia.

As populações pré-históricas já faziam uso de expressões simbólicas, representando suas tradições por gravuras nas paredes das rochas. Dessa forma, o registro arqueológico é visto “como testemunhos que representam comportamentos culturais passados”, e registros dotados de simbolismos que “aglutinam as vertentes simbólicas, cognitivas e contextuais” de uma sociedade (AZEVEDO NETTO, 2007, p. 15).

O significado que a palavra representação encerra não é de origem tão recente, conforme parecem imaginar alguns. Muito pelo contrário, ela sempre esteve presente no espírito humano, pelo menos, desde a Pré-história quando os homens primitivos, em suas práticas cotidianas, buscavam possibilidades de comunicação através da criação de imagens ou ideogramas; assim como da escrita cuneiforme dos sumérios e dos hieróglifos produzidos no Antigo Egito (PINTO; MEUNIER; SILVA NETO, 2008, p. 17).

Para Kant (1980), o conhecimento é formado por um sistema compreensível e determinável, e só sob a totalidade e organização provarão a legitimidade e valor de todos os elementos constitutivos do conhecimento. A percepção humana, na filosofia Kantiana, capta as coisas através dos órgãos de sentido, e originavam sensações desordenadas e impressões caóticas, o pensamento é responsável por ordená-las, dando-lhes forma, contextualizando-as no tempo e no espaço, para então relacioná-las, estabelecendo-se assim, uma organização (MORAES, ARCELLO, 2000).

A organização apresenta-se na representação ordenada da realidade. De acordo com Caixeta e Souza (2008), a representação é um processo tão antigo quanto o surgimento das civilizações e tem sua forma mais explícita na escrita, que por sua vez é determinada pelas regras de organização dos seus elementos para produção de sentido. “Talvez um dos trabalhos

mais angulares de significados da nossa civilização tenha sido a representação dos seres, das coisas, ideias e fenômenos pelo alfabeto” (CAIXETA; SOUZA, 2008, p. 35).

A filosofia, historicamente, foi a primeira área na discussão, investigação e apresentação dos sistemas de organização e representação do conhecimento. Buscava-se respostas para a relação entre a humanidade, seu modo de conhecer e suas formas de (re)apresentação do mundo e do desconhecido. Tais formas de organização e representação estiveram expressas nos mitos, na religiosidade, nas ideias, na realidade, no abstrato, na percepção e no conhecimento. Deste último e das suas formas de organização e representação, ocupou-se a filosofia, a linguística, a sociologia, a biologia, e as tantas e tantas áreas que, definidas como científicas, institucionalizam-se por organizar e representar o conhecimento no exame de sua validade (MORIN, 2008).

Segundo Lara (1999), as abordagens conceituais dadas à representação não são homogêneas, tendo em vistas que muitas áreas abordam tais questões e apresentam vertentes diferenciadas e distintos pontos de vista, a exemplo da filosofia, sociologia, semiótica e linguística. Para representar é necessário, antes de qualquer execução, organizar. Organizar pressupõe colocar ordem, dispor ordenadamente determinado sistema. Para as investigações filosóficas, a organização acerca do entendimento humano compreendia conhecer sua forma de organização, seja pelo sentido ou pela experiência. Aristóteles, autor da obra *Órganon*, descreve a lógica formal das operações mentais, organizando-as em: conceito (ideia), juízo e raciocínio (MONTEIRO; GIRALDES, 2008).

Para Maturana e Varela (2001), a situação explícita ou implícita de reconhecimento no processo de organizar objetos, indicando-os ou distinguindo-os, é algo cotidiano e não único, na qual todos estão submersos necessária e permanentemente. Esse processo consiste em classificar e relacionar num ato cognitivo básico, na qual, a associação de ideias é um processo de auto-organização.

Para tanto, cabe-nos retomar os construtos de organização e representação presentes nas áreas da filosofia, da linguística e sociologia, traçando suas contribuições e pontes para o desenvolvimento da Organização e Representação do Conhecimento e sua institucionalização científica, enquanto disciplina, no âmbito da Ciência da Informação. O presente texto elucida sua natureza dentro da área da CI, enquanto uma área de pesquisa e recapitula sua estrutura interdisciplinar, formada a partir de teorias que permitiram constitui-la enquanto disciplina científica.

2 CONTRIBUIÇÕES INTERDISCIPLINARES PARA FORMAÇÃO DA ORC

As formas pelas quais a humanidade sempre fez uso da representação, mesmo considerado um processo organizacional biológico, são parte de uma organização social, na qual, pela percepção e razão, buscou a formulação de conceitos abstratos sobre a realidade que o cerca. A filosofia da humanidade e da natureza, no mundo ocidental, foi a primeira formulação de conhecimento racional, organizando e representando suas percepções em busca da prática do bem, do belo, da moral, da virtude e do que é verdadeiro (MORAES; ARCELLO, 2000).

As construções lógicas e de categorização refletem a estrutura do conhecimento que por séculos os estudiosos tencionam representar desenvolvendo sistemas de organização do conhecimento. Esses sistemas são representações, compreendendo que o processo de categorizar é antes de qualquer tentativa, a intenção de expor as ideias em uma configuração lógica e organizada sob a distribuição da forma que melhor compreendemos o mundo e seus elementos. Durante os séculos seguintes muitos outros estudiosos foram desenvolvendo as chamadas escolas do saber e, orientados pelo estatuto da essência filosófica, propuseram diferentes sistemas de organização e representação do conhecimento.

O século XVII marca o desaparecimento das velhas crenças supersticiosas ou mágicas e a entrada, enfim, da natureza na ordem científica. Mas o que cumpre apreender e tentar restituir são as modificações que alteraram o próprio saber, nesse nível arcaico, que torna possíveis os conhecimentos e o modo de ser daquilo que se presta ao saber (FOUCAULT, 2007, p. 71)

Na evolução científica, três grandes orientações metodológicas se destacam ao explicar a verdadeira obtenção do conhecimento: o Racionalismo de René Descartes, o Empirismo de John Locke e o idealismo de Emmanuel Kant. Para Descartes, o racionalismo consistia no uso da matemática para validar todo o conhecimento, utilizando um método rigoroso que seria capaz de estabelecer critérios para todas as verdades. Locke afirmava que o conhecimento tinha como única fonte a experiência obtida pelos órgãos do sentido, e esse conhecimento empírico era a única forma de se chegar à verdade. Para Kant, o conhecimento humano se limitava à experiência do fenômeno:

Nesse sentido, o pensamento seria o responsável pela tarefa de ordenar e colocar as sensações no tempo e no espaço para assim relacioná-las. O processo cognitivo seria concretizado no entendimento, quando os conceitos puros se ordenariam e sistematizariam as percepções gerando assim, o conhecimento intelectual (MORAES; ARCELLO, 2000, p. 04).

Mas foi Augusto Comte, responsável pela filosofia positivista, que constituiu as ciências humanas e influenciou o pensamento ocidental até os dias atuais. Para a filosofia positivista a verdade seria obtida apenas com o método, que primava pela verdade, e consistia

na observação e experimentação. Diante desses pressupostos, o filósofo elaborou uma classificação das ciências. Para Comte, as ciências mais complexas e mais concretas dependem das mais abstratas, assim, as ciências haviam se desenvolvido a partir da matemática, da astronomia, da física, e da química para a biologia e finalmente à sociologia. Esta última seria responsável pelos fatos sociais, as leis científicas e sintetizaria todo o conhecimento humano organizado pelos sistemas classificatórios. Para Pombo (1998, p. 02), as classificações têm como desejo e necessidade primordial, a intenção de “compreender e ordenar a variedade que nos rodeia”.

Foucault (2007) questiona de onde surge o hábito humano de distribuir coisas diferentes e parecidas, tendo em vista que não é um processo de ligar consequências e sim, de aproximar e isolar, analisar, ajustar e encaixar conteúdos concretos, buscando sempre uma ordenação entre eles. “[...] De fato não há, mesmo para a mais ingênua experiência, nenhuma similitude, nenhuma distinção que não resulte de uma operação precisa e da aplicação de um critério” (FOUCAULT, 2007, p. XV). Para o autor, em toda cultura, independente de seus códigos ordenadores e reflexões sobre a ordem, há a experiência natural da ordem e de seus modos de ser.

Não diferente dos filósofos clássicos, para os modernos era necessário que se conhecesse e compreendesse como as ideias correspondem à realidade. De tal forma, a atividade do conhecimento baseia-se na análise e síntese de representação e significação, direcionadas para a explicação, descrição e interpretação da realidade. Nesse aspecto, o conhecimento refere-se às ideias universais, aos conceitos validados para todos os seres humanos, em todos os tempos e lugares. De acordo com Pombo (1998, p. 1), é classificando que nos orientamos quanto ao mundo em que vivemos e passamos a “estabelecer hábitos, semelhanças e diferenças, reconhecer os lugares, os espaços, os seres, os acontecimentos; ordená-los, agrupá-los, aproximá-los uns dos outros, mantê-los em conjunto ou afastá-los irremediavelmente”.

Parte-se da compreensão que todo processo classificatório é diretamente um processo representacional. Ao classificar se está definindo e estabelecendo qual a melhor localização para as coisas como elas se apresentam, representando-as segundo uma compreensão. Classificar e, conseqüentemente, representar incidem em organizar, e para que haja ordenação é necessário que se represente em classes, pré-determinadas, ou sob uma visão de organização própria, a disposição entre semelhantes e diferentes. “Na verdade, nada nos parece mais “natural”, óbvio e indiscutível que as classificações dos entes, dos factos e dos

acontecimentos que constituem os quadros mentais em que estamos inseridos” (POMBO, 1998, p. 01, grifos do autor).

Na pós-modernidade o relativismo vem evidenciar que conquanto tudo se defina como representação, a compreensão desta permite várias leituras, sendo tudo relativo. A história cultural, nessa perspectiva, é responsável pela construção da realidade dos grupos e isso “reflete diretamente na classificação, na divisão e na delimitação da apreensão social, ou seja, no conhecimento e nas representações”, mostrando que não há neutralidade na realidade e conseqüentemente nas representações (MORAES; ARCELLO, 2000, p. 08). As representações são nesse sentido, instrumentos de ordenação e hierarquização e concebem a estrutura social que reflete a identidade do grupo ou meio que as produz e consome.

Perceptivelmente todo processo de representação está diretamente ligado à produção realizada na mente humana, geradora de conhecimento. “Conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou” (SANTOS, 1988, p. 50). O conhecimento é nessa perspectiva a representação daquilo que capta da experiência sensorial e prática. Para entendimento da realidade, o representar não é mais desvinculado dos processos sociais que o compõem, mas a síntese organizacional funcionando como um dos métodos fundamentais do conhecimento (ABBAGNANO, 1998). E, entre os agentes sociais que definem a organização e representação do conhecimento, a linguagem encontra-se como fenômeno multiforme, interdisciplinar e objeto indispensável para estudos em ORC.

A linguagem é um elemento investigado pelas diversas áreas constituindo-se objeto de estudo da Filosofia, Comunicação, Linguística, Sociologia, Psicologia, Ciências Cognitivas, Ciência da Informação, entre tantas outras, e perpassa toda e qualquer área da ciência. A linguagem, em um sentido genérico, constitui um sistema de signos, elementos convencionais, utilizados na comunicação humana. Muitas teorias se desenvolverem em torno do fenômeno da linguagem, definindo esta como estrutura lógica, formal e abstrata, subjacente a todas as línguas.

Para Saussure (2006, p. 13) “a linguagem é um fato social”, e não são os ordenamentos das sílabas, que são impressões acústicas percebidas pelos ouvidos e nem os sons, instrumentos do pensamento, que fazem a linguagem. Antes de tudo, a linguagem possui um lado individual e um lado social, interdependentes formando um sistema estabelecido e ao mesmo tempo uma evolução, no qual “a linguagem é uma instituição atual e um produto do passado” (SAUSSURE, 2006, p. 16). Eis que tal observação depara-se diante de outro conceito extensivo a diversas disciplinas, que nas palavras de Saussure (2006, p. 16), faz com

que a linguagem seja passível de ser tomada como objeto de estudos de outras ciências. Para o autor, a linguagem é “multiforme e heteróclita”, possuidora de muitos domínios, está centrada em aspectos físicos, fisiológicos e psíquicos, pertencente aos domínios individual e social.

Saussure (2006, p. 17) esclarece que a linguagem não se confunde com a língua, sendo esta apenas uma parte determinada e essencial da linguagem. “A língua é um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”. A língua é ordenadora da linguagem, que “por si é um princípio de classificação”. A linguagem é uma faculdade natural, ao passo que a língua é um processo adquirido e convencionado de ordenação, sendo um objeto bem definido. A língua é a parte social da linguagem, “exterior ao indivíduo”, em forma de um contrato estabelecido por um grupo social e produtora de signos gerados sob as representações situadas no âmbito da linguagem. Possui natureza homogênea, concreta, constituída por signos tangíveis que podem ser fixados pela escrita fazendo uso de imagens convencionadas (SAUSSURE, 2006, p. 17).

O signo linguístico enquanto entidade psíquica apresenta, nessa estrutura, duas faces: o conceito e a imagem acústica (a escrita), que ao autor nomeia de significado e significante, respectivamente (SAUSSURE, 2006). Na teoria saussuriana, a coletividade estabelece os valores de uso e consenso que tornam o signo arbitrário. Mas a análise isolada de um signo não corresponde a seu valor e reconhecimento social, tendo em vista que uma palavra representa uma ideia, e apenas e somente pela organização das ideias e expressão ordenada de imagens acústicas materializadas nos sons que esta representação não permite que a língua seja reduzida a uma simples nomenclatura. “Visto ser a língua um sistema em que todos os termos são solidários e o valor de um resulta tão somente da presença simultânea de outros” (SAUSSURE, 2006, p. 133). E se um termo só é dotado de reconhecimento dentro de um contexto que o qualifica como tal, retomamos as questões já expostas por Aristóteles (2005, p. 2):

As palavras faladas são símbolos da experiência mental e as palavras escritas são os símbolos das palavras faladas. Assim como todos os homens não têm a mesma escrita, para todos os homens não têm os mesmos sons da fala, mas as experiências mentais, que simbolizam estas diretamente, são os mesmos para todos.

Não só pelo fator teórico, como pela importância estrutural empregada à língua, os estudos de linguagem em organização e representação do conhecimento devem focar a formulação de questões científicas que possam ser respondidas compreendendo tais fatores. Arrisca-se preceder que, com base na tradição filosófica e nas investigações da linguagem, as

representações sociais originaram, entre tantos sistemas, os estudos de organização, representação e classificação documentárias, e é neles que repousa a responsabilidade da CI em responder tais questões.

Na CI, o estudo dos termos, ou a terminologia, esta diretamente ligada à representação dos conteúdos dos documentos, e é aplicada no desenvolvimento de linguagens documentárias, como tesouros e vocabulários controlados. Estes estudos adotam teorias linguísticas, noções de lógica filosófica e focam a organização social do conhecimento. Dodebei (2002) afirma que para compreendermos a realidade, projetamos modelos, que são construções da mente humana, que permitem a comunicação das ideias, apresentando função psicológica, aquisitiva, organizacional, normativa, sistemática, construtiva e de parentesco. “Os modelos derivam da necessidade humana de entender a realidade, aparentemente complexa e são, portanto, representações simplificadas e inteligíveis do mundo [...]” (DODEBEI, 2002, p. 19).

Dessa forma, de acordo com Cabré (1995, p. 5), a concepção pertinente a CI é a da terminologia enquanto uma interdisciplina, onde os conceitos estabelecidos formam uma rede de relações lógicas que busca representar o conhecimento de uma determinada especialidade, ou domínio específico refletindo a interdisciplinaridade das teorias para uma efetiva representação e recuperação da informação.

Se representar, ordenar e classificar são processos eminentemente humanos, reconhece-se que tais processos refletem a compreensão e a tentativa humana de ajustar-se, conduzir-se e localizar-se de forma física e intelectual no mundo mediante à realidade que nos cerca e seu contexto (JODELET, 2001). O processo de compreensão, engendrado com os demais processos mencionados, formam sistematicamente o que Aristóteles teria considerado em suas discussões como “exercício mental” (KAULA, 1982).

Para Torres, Tornay-Mejías e Gómez-Milan (1999), a capacidade humana de categorizar o mundo permite a organização das múltiplas percepções que o ser humano adquire ao longo da vida, e esta capacidade ordena os distintos níveis de abstração, de modo que o conhecimento adquirido seja armazenado e utilizado de forma fácil, rápida e econômica. De acordo com os autores, “A categorização das experiências perceptivas é reflexo da organização do conhecimento adquirido pelas pessoas em múltiplas situações de aprendizagens diferentes” (TORRES; TORNAY-MEJÍAS; GÓMEZ-MILAN, 1999, p. 129, tradução nossa).

Dessa forma, as representações sociais evidenciam as dinâmicas sociais e as práticas coletivas de comunicação e compartilhamento de conhecimentos e possuem precisamente uma das seguintes funções, como descreve Moscovici (2004, p. 34):

Elas [representações sociais] convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele. Assim, nós passamos a afirmar que a terra é redonda, associamos comunismo com a cor vermelha, inflação como decréscimo do valor do dinheiro. Mesmo quando uma pessoa ou objeto não se adequam exatamente ao modelo, nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser nem compreendido, nem decodificado [...].

A organização do conhecimento parte não só desta perspectiva cognitiva individual, mas da busca de tornar familiar àquilo que não nos é familiar, agrupando a partir de categorias culturalmente adquiridas, indivíduos e objetos considerando suas semelhanças, organizadas em uma determinada sequência. Essa organização toma como base as representações sociais vivenciadas e compartilhadas e “todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas” (MOSCOVICI, 2004, p. 37). Nesse contexto, a ORC no âmbito da CI, adquire as características próprias da área por constituir seu corpo científico e compartilhar de sua natureza e tendências nas relações interdisciplinares (SARACEVIC, 1995).

2.1 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: DOS SERES AOS SABERES

Toda vivência humana recorreu à ordenação e classificação do conhecimento adquirido, seja por intermédio das lendas e mitos, representantes diretos das percepções e da natureza na antiguidade, seja pelas inferências filosóficas e experimentos científicos. De acordo com Diemer (1974 apud POMBO, 1998, p. 3) a classificação no século XX se divide em quatro grandes orientações: orientação ontológica (classificação dos seres); orientação gnosiológica (classificação das ciências); orientação biblioteconômica (classificação dos livros) e orientação informacional (classificação das informações). Todas essas classificações são reflexos da evolução científica permeada pelas representações sociais. E se as representações sociais são o escopo da evolução humana, a ciência não se desassocia da estrutura dos sistemas de classificação dessas representações.

No primeiro nível apontado por Pombo (1988), como classificação dos seres, o problema da classificação centrava-se na classificação **nas** ciências, sendo objeto fundamentalmente de estudiosos da lógica, biologia, geologia, cosmologia, antropologia ou tipologia psicológica, já que visava os sistemas de conhecimento inseridos em cada uma das classes. A classificação dos saberes correspondeu ao problema da classificação **das** ciências, que procurava pensar a ciência com suas atividades e produtos. Esta classificação originou estudos que interessaram principalmente aos filósofos e, a partir do século XIX, constitui-se como atividade própria da Filosofia das ciências, perdendo essa centralidade no século XX, quando passa a ser objeto de estudos em outras áreas. Os terceiro e quarto níveis – classificação dos livros e classificação das informações – constituem-se de fato como uma ciência da classificação que toma por tarefa “o estudo de todos os possíveis sistemas de classificação” (POMBO, 1998, p. 3).

Para Piedade (1977), os sistemas de classificação se distribuem conforme sua devida finalidade, em classificações filosóficas e classificações bibliográficas. As primeiras podem ser definidas também como classificação das ciências, classificação do conhecimento ou até mesmo classificação metafísica, no qual orientam as definições e hierarquização do conhecimento humano e ordenação das coisas. Partindo do pioneirismo de Aristóteles, a classificação baconiana – desenvolvida pelo filósofo inglês Francis Bacon (1561-1626) – foi considerada uma das bases mais utilizadas para estruturar sistemas de classificação do conhecimento, com suas primeiras contribuições em projetos grandiosos como a sistematização de saberes em formato de enciclopédia, de d’Alembert, que usou de critérios sistemáticos para organizar os saberes dentro de uma enciclopédia, no século XVII, e o sistema bibliográfico da Classificação Decimal de Dewey (CDD), desenvolvido por Melvil Dewey (1851 – 1931), em 1876, que permanece em uso até os dias atuais, com 23 revisões² ao longo dos anos. “A Classificação Baconiana foi ampliada por d’Alembert em 1767 e, W.T. Harris usou o sistema ‘Baconiano invertido’ em 1870, o qual influenciou a organização da Classificação Decimal de Melvil Dewey” (KAULA, 1982, p. 4).

Na alçada das classificações bibliográficas estão as orientações para a ordenação de livros e documentos em bibliotecas e arquivos e sua disposição física nesses espaços, além da ordenação das referências nas bibliografias e/ou catálogos. A CDD permitiu a criação de novos sistemas de classificação bibliográfica, entre os mais difundidos estão a Classificação Decimal Universal (CDU), desenvolvida pelos bibliógrafos belgas Paul Otlet e Henri la Fontaine no final do século XIX, que tinha como condução a organização bibliográfica de

² <http://dewey.info/>

documentos; a Classificação de Cutter, *Expansive Classification*, que consiste em um tabela de códigos em que os assuntos eram representados por letras e possuía subdivisões de forma e geográficas e tem como marco importante sua influência sobre a Classificação da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.

De acordo com Piedade (1977) “o último grande sistema de classificação bibliográfica geral” foi desenvolvido por Shyiali Ramamrita Ranganathan, publicada pela primeira vez em 1933. A *Colon Classification*, ou Classificação dos Dois Pontos, desenvolvida pelo matemático indiano, “é a primeira inteiramente sintética, em que os assuntos são apresentados em listas de facetas e cabe ao classificador construir os números de classificação” a partir de fórmulas apresentadas para cada classe (PIEADADE, 1977, p. 68). Este esquema influenciou de forma significativa as pesquisas modernas, o ensino e a prática, mas foi pouco adotada fora da Índia (LANGRIDGE, 2006).

Essas contribuições marcam os processos introdutórios que deram origem a outros sistemas especializados de classificação, contribuindo em diversas áreas e assuntos. Kaula (1982) esclarece que, desde o começo dos estudos sobre sistemas de classificação, era perceptível uma inconsistência na nomenclatura desses esquemas. Os esquemas desenvolvidos pelos lógicos e filósofos eram denominados Classificação do Conhecimento, enquanto que os sistemas projetados por cientistas, bibliotecários e documentalistas, por muito tempo foram definidos como Classificação de Livros ou Classificação de Bibliotecas. A autora defende que tais nomenclaturas não atendiam às perspectivas dos sistemas classificatórios bibliográficos, uma vez que o assunto e o pensamento de um livro e/ou documento eram os objetos centrais do esquema de classificação e não os livros ou as bibliotecas. Ela defendia à época o reconhecimento de tais classificações como classificações de assunto (ou como mais tarde seriam denominadas: classificações temáticas).

A diferença entre classificação do conhecimento e classificação de assunto pode ser perfeitamente demonstrada. Na classificação do conhecimento nenhuma fronteira particular da área do conhecimento é geralmente especificada e reconhecida; ao passo que, na classificação de assunto, as áreas específicas do conhecimento são identificadas e reconhecidas (KAULA, 1982, p. 07).

Tanto para Dahlberg (1972) quanto para Foucault (2007), classificar é uma arte que acompanha a humanidade. Enquanto arte foi ampliada à medida que estudos sobre o conhecimento desenvolviam-se e só muito recentemente, de acordo com Dahlberg (1972), adquiriu uma base teórica adequada. Os esquemas classificatórios refletiram assim as relações entre a humanidade e o domínio do conhecimento, a tentativa de organização e comunicação

das próprias classificações sociais e suas representações coletivas expressas pela “preocupação do homem em organizar o conhecimento, no intuito de categorizar ideias e fornecer subsídios à perpetuação da memória social” (GUIMARÃES; DODEBEI, 2012, p. 12).

Shera (1957) considera que muito além da organização de livros nas estantes das bibliotecas, a classificação bibliográfica reflete a estrutura do pensamento. O autor define a ciência como “um conhecimento coordenado” pela junção de duas ordens de experiência: a discriminação direta, obtida na observação imediata e que, “invariavelmente é interpretada em termos da segunda, a ordem conceitual”. Desses dois padrões, a filosofia da ciência torna-se responsável, e “a classificação é seu modo de expressão” (SHERA, 1957, p. 2).

Os processos de organização do conhecimento foram, ao longo da história da humanidade, projetados como modelos dos estoques de conhecimento, experiências e vivência do indivíduo e do coletivo onde está inserido. Nesse entrelaçar de questões subjacentes à *escrita*, que se projeta pela educação, a *conservação*, que se dá pelo registro e, a *preservação*, que se dá pela guarda de documentos, se vinculam ao plano material de sobrevivência da humanidade (SOUZA, 1998). A preservação das tradições e as formas de transmissão dos “padrões de classificação do caos das ideias” desenvolveram-se não só pelo modelo lógico das formas de pensamento, mas pelas heranças culturais que orientaram a classificação dos saberes. Assim, a sociedade transformou suas ideias em formas palpáveis, selecionando, ordenando, e compondo conceitos “para elaborar base teórica para organizar seus estoques de conhecimento” (NUNES; TALAMO, 2009, p. 31).

Os sistemas de organização do conhecimento evoluíram. E, entre elaboradas tabelas classificatórias e manuais universais, as tecnologias da informação e comunicação permitiram a reprodução dos processos mentais pelas máquinas. Dos metadados às ontologias, as classificações tornam-se esquemas cada vez mais elaborados, em busca de uma inquietação antiga e tão complexa que, mesmo após anos e anos ainda desafia a ciência e arte na classificação e organização de tudo que tomamos por conhecimento. E diante de toda essa carga histórica, as classificações exigiram cada vez mais dos esquemas de organização e das formas de representação do conhecimento registrado (ZANDONADE, 2003).

Mas, esse cenário conseguira atingir seu caos e auge com o surgimento da internet e a permissão de uma autonomia de acesso, partilha e criação documental, consideravelmente crescente. Esse volume exponencial de informação passou à frente dos mecanismos e instrumentos que no final do século XX, de acordo com Zandonade (2003, p. 13), ofereciam um razoável “acesso ao relevante” e, não mais suficiente, diante do problema que então se

constituiu como “acesso ao excesso”. Neste contexto, a Ciência da Informação estabelece-se como uma ciência de organização e recuperação do relevante em meio ao excessivo, evidenciada por Jesse Hauk Shera – pioneiro norte-americano – que buscou os fundamentos da organização do conhecimento registrado, a partir da criação de uma disciplina de epistemologia social, considerada por Zandonade (2003, p. 20), como [...] “uma contribuição relevante para a ‘cientifização’ e o aprofundamento da Ciência da Informação” [grifo do autor].

As classificações bibliográficas sistematizaram de forma mais pontual a intenção humana de *ordenar o conhecimento*, e destacam-se entre as diversas tentativas da humanidade de *organizar o conhecimento*. Assim, foi possível especializar as ciências e categorizá-las permitindo que o conhecimento produzido pudesse tornar-se ordenável decorrente da organização e representação registradas. A sociedade não só dispunha da manutenção de seus saberes e tradições, criando no registro um suporte para a memória, como também a tecnologia de ordenar conforme as percepções humanas tais conhecimentos, “onde o olhar minucioso, descritivo, hierarquizador e relacional que torna possível a constituição de todos os saberes encontra o seu próprio princípio de instituição” (POMBO, 1998, p. 2). Os processos, produtos e instrumentos progressivamente definiram “uma ocupação de intermediação entre o produtor do conhecimento e o utilizador” estabelecendo as características de um profissional alocado em uma atividade que refletia a intenção da origem do seu trabalho (SOUZA, 1998, p. 9).

Inicialmente a Biblioteconomia, ao lado da Documentação, sistematizou os processos classificatórios, para com o despontar das tecnologias de informação e comunicação a Ciência da Informação pudesse constituir a especialidade em Organização e Representação do Conhecimento, que se tornou o cerne dessa Ciência e institucionalizou-se como uma área de pesquisa. Ao contrário do que se possa interpretar quando do envolvimento mencionado de vários estudiosos sobre a classificação do conhecimento, para Kaula (1982, p. 2) “o estudo da classificação não atraiu as pessoas de um modo geral, com exceção de alguns pensadores, lógicos, cientistas e especialistas em Biblioteconomia e Ciência da Informação”.

3 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO COMO DISCIPLINA CIENTÍFICA NO ÂMBITO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Discorreu-se até então sobre os variados aspectos dos processos de organização e representação do conhecimento – ORC – desde suas primordiais investigações, baseadas na busca pela compreensão e ordenação dos seres, até sua institucionalização entre as ciências e

os estudos para o aprimoramento da classificação do conhecimento registrado. Aliado ao desenvolvimento da língua, da ciência e da tecnologia, tais estudos tornaram-se urgentes, exigindo de tal maneira uma disciplina que contemplasse a investigação científica em um âmbito reconhecidamente interdisciplinar.

Um dos fatores mais marcantes entre as civilizações ocidentais foi o desenvolvimento da escrita. Esta tecnologia permitiu não só uma evolução cultural como, também, o aprimoramento dos registros do conhecimento. Toda relação histórica ligada à escrita, e conseqüentemente à leitura, impulsionou avanços tecnológicos na produção de livros e documentos, exigindo a “criação de instrumentos capazes de classificar, identificar e hierarquizar o conhecimento disponível” (PINHO, 2009, p. 24).

Tais avanços instituíram impactos culturais, tecnológicos, científicos e econômicos, evidenciando, cada vez mais, a necessidade de representar e organizar, por meio da preservação, codificação, decodificação e compartilhamento, o uso dos registros do conhecimento. Assim, a ordenação física e as investigações filosóficas, imbricadas nos processos de organização documental, culminaram em um campo de estudos que se prestou a resolver os problemas de organização e acesso ao conhecimento (SOUZA, 1998; ZANDONADE, 2003; PINHO, 2009).

Europa e os Estados Unidos são, nesse marco histórico, o cerne da Documentação e da Biblioteconomia, respectivamente. Os registros históricos evidenciam que os estudos em organização e representação do conhecimento caracterizaram-se como atividade primeira da Biblioteconomia e Documentação e conseqüentemente da CI. Qualquer tentativa de reconstrução histórica referentes à ORC não poderá furtar-se de sua essência etimológica e epistemológica junto à Biblioteconomia e à Documentação.

Com o despontar do processo acelerado de publicações, surgem os problemas de catalogação de artigos de periódicos. De acordo com Zandonade (2003), em meados do século XIX essa produção científica já acumulava em torno de dez mil títulos, possibilitando que a Documentação, ao final desse mesmo século apresentasse suas grandes contribuições para a solução dos problemas relativos ao documento e não mais só ao livro. No fim do século XIX Biblioteconomia e Documentação historiam um desenvolvimento imbricado, uma vez que:

[...] surgiram em consequência das mesmas necessidades, empregavam processos e instrumentos comuns (como as fichas de 7,5 por 12,5 cm e a Classificação Decimal de Dewey-CDD), tinham objetivos quase idênticos e em muitos casos deviam seu progresso aos mesmos homens (ORTEGA, 2004, p. 4).

A institucionalização “formal moderna” da Biblioteconomia, como responsável principal pela “gerência da informação, ou mais precisamente, a de organizadora e administradora de coleções bibliográficas” (SOUZA, 1998, p. 9), foi reivindicada e reconhecida a partir da criação da *American Library Association*, em 1876 e no ano de 1887 com o início do *Course of Library Economy, no Columbia College*, proposto por Melvil Dewey. Entretanto, seu marco como uma ciência da Biblioteconomia estabeleceu-se com a Escola Graduada de Biblioteconomia (Graduate Library School – GLS) na Universidade de Chicago, em 1926.

De acordo com Zandonade (2003), depois da Segunda Guerra Mundial, “as técnicas de informação tornaram-se generalizadamente disponíveis para a profissão da Biblioteconomia” transformando a “recuperação da informação” a principal corrente de investigação e prática nos Estados Unidos.

Cada novo salto qualitativo no equipamento de registro do conhecimento vem a requerer uma revisão dos instrumentos de organização e de recuperação da informação registrada. Foi assim quando, em meados do século XIX o livro atingiu o auge da sua maturação e os instrumentos para o seu controle eram adotados em todas as grandes bibliotecas (ZANDONADE, 2003, p. 12).

Henry Evelyn Bliss foi responsável pela publicação de obras que incidiram em grandes contribuições para área de Organização e Representação do Conhecimento. Foi também o autor que utilizou formalmente e, de maneira notória, a expressão Organização do Conhecimento, dentro da área de Biblioteconomia e posteriormente, da Ciência da Informação, em suas publicações *The organization of knowledge and the system of sciences*, em 1929, e *The organization of knowledge in libraries*, em 1933 (GUIMARÃES; PINHO; FERREIRA, 2012). Assim, por volta dos anos de 1950 nasce uma Ciência da Informação que buscou interdisciplinaridade com áreas também nascentes dessa época, como “a ciência da computação, cibernética, teoria geral de sistemas, teoria da informação, lógica formal, etc.” (ZANDONADE, 2003, p. 36).

Pioneiro nos estudos da ciência da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (nessa ordem, respeitando a evolução científica de cada época), Shera desenvolveu significativas contribuições para uma institucionalização da Biblioteconomia e Ciência da Informação como disciplina científica, cujo objetivo ele entendia ser a “organização dos registros gráficos do conhecimento para o seu melhor uso possível” (EGAN; SHERA, 1951, apud ZANDONADE, 2003, p. 51).

Com suas bases estabelecidas, a Biblioteconomia assumiu o núcleo de trabalho que a definia: “a) organização prática do conhecimento para fins de fornecer respostas aos utilizadores de informação; e b) organização e administração de coleções bibliográficas”.

Processos utilizados até os dias atuais, a catalogação e a classificação se corporificam em diretrizes para a organização de documentos, mediante a descrição formal destes, e a recuperação segundo seu conteúdo, respectivamente. A catalogação desdobrou-se em regras como forma de controle do material existente no acervo, realizando anotação e transcrição de dados como título, autoria, editores, ano de edição, entre outros. Os instrumentos de identificação de assunto dos livros/documentos pela análise de seu conteúdo denominaram-se em tabelas, esquemas ou sistemas de classificação bibliográfica.

Assim, a Biblioteconomia é reconhecida como uma das forças impulsionadoras da organização do conhecimento na sociedade moderna, em transição para a pós-modernidade. Muitas nomenclaturas foram adotadas para definir o exercício da organização e representação do conhecimento, em especial na área de Biblioteconomia e Documentação. Um exemplo claro, presente na literatura refere-se ao termo Bibliografia, bastante empregado a partir de meados do século XIX e por todo século XX e definido como um dos instrumentos primordiais de organização e controle bibliográfico. Este último, utilizado por Shera e Egan definia os processos de Documentação, ainda nos anos de 1949, quando, acompanhando as mudanças, inclusive profissionais, da época, passam a tomar em uso o termo “organização bibliográfica”, observando que ambos permanecem até hoje na literatura e designam segundo seus criadores: uma “teoria da armazenagem e recuperação da informação”, considerada por Shera como sendo o cerne da Ciência da Informação” (ZANDONADE, 2003, p. 52, grifo do autor).

Em todo seu percurso evolutivo essas práticas, científicas ou pragmáticas, receberam distintas definições até firmarem-se como Organização e Representação do Conhecimento, como é adotado atualmente, destacando as mais evidenciadas na literatura: Documentação (OTLET, 1934); Controle Bibliográfico (EGAN; SHERA, 1949); Organização Bibliográfica (EGAN; SHERA, 1952); Organização da informação (AMERICAN DOCUMENTATION, 1950, apud ZANDONADE, 2003); Ciência da Documentação (LOPEZ YEPES, 1978); Organização do Conhecimento (DAHLBERG, 2006). Dessa forma, a organização dos registros do conhecimento conquista espaço, não só como uma atividade pragmática, mas expande-se em um campo de estudos teóricos e aplicados e suas contribuições dão origem a uma disciplina institucionalizada tornando assim, mais acessível o uso e a apropriação do conhecimento produzido.

Como já mencionado, as teorias em ORC não se originaram de imediato das sistematizações filosóficas ou científicas. Suas técnicas nascem na diversidade da organização de documentos e se dividem em natureza descritiva: “organização dos documentos enquanto produtos fisicamente formatados” e, em natureza temática: “organização temática dos documentos a partir do conhecimento neles contido” (GUIMARÃES, 2003; SOUZA, 1998, p. 55). Nessa perspectiva, Guimarães (2008, p. 78) ressalta que o Tratamento Temático da Informação – TTI –, junto à Ciência da Informação e a Biblioteconomia:

Ocupa (como se pode observar tanto na literatura quanto nas distintas práticas profissionais) um espaço nuclear, visto revelar a mediação entre a produção e o uso da informação, entre elas tecendo a mais sólida ponte: a que dá acesso ao conteúdo informacional.

O tratamento temático da informação origina-se de uma necessidade pragmática de tratamento documental (GUIMARÃES, 2008) dos quais se configuram os processos de organização e representação do conhecimento e possui bases epistemológicas alicerçada em três linhas teóricas que se construíram e consolidaram historicamente, em distintas partes do mundo (GUIMARÃES; MORAES; GUARIDO, 2007). Guimarães (2003) alude três principais momentos em sua constituição, que ele descreve metaforicamente como: arte, técnica e a busca por metodologias. No primeiro momento, com a ausência de técnicas estabelecidas, a abordagem temática da informação orientou-se pela habilidade artística e um bom senso aplicado a um processo altamente intuitivo; no segundo momento, a partir do século XIX, com a larga escala da produção documental, o tratamento temático pauta-se no uso das técnicas, com destaque para a estrutura de notações decimais de Dewey, a indexação alfabética de assuntos, desenvolvida por Cutter, a classificação da Biblioteca do Congresso Americano, que adotava o princípio da garantia literária e os sistemas de indexação Unitermo e KWIC, que exigiram o estabelecimento de regras claras, notadamente em bibliotecas; e o terceiro momento ocorre com a consolidação acadêmica da Biblioteconomia e da CI, baseado no tratamento temático automatizado da informação, por volta dos anos de 1950, quando se observa a preocupação, em especial nos Estados Unidos e Europa, com a elaboração de bases científicas visando à construção de metodologias para o desenvolvimento dos procedimentos da área (GUIMARÃES, 2008). Destacam-se nesse período:

[...] as experiências investigativas de Kaiser (EUA, 1911) relativamente à composição do binômio concreto/processo para a estruturação de enunciados de assunto e o trabalho teórico de Ranganathan (Índia, 1933) quanto a uma análise em facetas – Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo – do conteúdo temático dos documentos. Igualmente há de se registrar as experiências investigativas do *Classification Research Group* (Inglaterra, 1952), que ampliou para doze as cinco categorias fundamentais de Ranganathan, e de Derek Austin (Inglaterra, 1968) e do grupo de Bangalore

(Índia, 1969) que, por meio dos sistemas PRECIS e POPSI, lançaram as bases para uma aplicação da análise facetada em sistemas automatizados (GUIMARÃES, 2008, p. 80).

Tais correntes foram estruturadas, de acordo com Guimarães, Moraes e Guarido (2007) e Guimarães (2008), a partir de três principais abordagens: a *subject cataloguing* (de orientação predominantemente norte-americana) norteada pelos princípios da catalogação alfabética e cabeçalhos de assuntos, com ênfase na elaboração de catálogos como produto de tratamento da informação; a *indexing* (de orientação predominantemente inglesa) que apresenta índices como produto do tratamento temático utilizando linguagens de indexação, com destaque para os tesouros, apresentando influências significativas dos trabalhos desenvolvidos pela *Classification Research Group*, e a *analyse documentaire* (de orientação predominantemente francesa) que possui “nítidos reflexos na tradição científica espanhola e brasileira”, como exposto por Guimarães, Moraes e Guarido (2007, p. 95), e tem como enfoque o processo de tratamento temático em si, mantendo acentuada interface com a lógica, terminologia e linguística. “Possui, como traço distintivo, a busca de uma dimensão metodológica para a área, segundo o qual, deve preceder necessariamente a questão das linguagens de indexação (como na tradição inglesa) ou a geração de catálogos (tradição americana)” (GUIMARÃES; MORAES; GUARIDO, 2007, p. 95).

Decorrente de seu desenvolvimento, a construção teórica da área de tratamento temático da informação originou três aspectos que são inerentes ao seu fazer e direcionam as pesquisas e as bases disciplinares da ORC: Os processos, os produtos e instrumentos que foram sistematizados de acordo com os conteúdos em organização e representação e se apresentam da seguinte forma: a) **processos:** compreendem a *análise*³, a *condensação*⁴ e a *representação*⁵; b) **produtos:** a transformação dos documentos em produtos que facilitam a consulta aos originais, em áreas especializadas do conhecimento, como os índices, os resumos, catálogos impressos e catálogos de acesso público online – OPAC’s, por exemplo; e, c) **instrumentos:** ferramentas de linguagem documental para a representação padronizada do conteúdo temático de documentos, fazendo uso acentuado das tecnologias de informação e comunicação, tais como classificações, cabeçalhos de assuntos, tesouros, terminologias, ontologias, etc. (GUIMARÃES, 2008, p. 84).

³ Parte da leitura de documentos, buscando as partes de maior relevância temática, exigindo assim um conjunto de estratégias metacognitivas;

⁴ Trabalha no sentido de síntese do documento por termos de recuperação;

⁵ Traduz o conteúdo temático do documento a uma linguagem especializada, fazendo uso da indexação por índices, vocabulários controlados, tesouros, entre outros.

Assim, a organização do conhecimento ganhou “espaço não apenas como necessidade pragmática para o universo documental, mas como campo de reflexão e produção teórica” (PINHO, 2009, p. 30). Para além de tais experiências, surge a preocupação com os estudos de bases científicas para “o fazer do TTI, no intuito de ir além de técnicas prescritivas para buscar a construção de metodologias defensáveis” (GUIMARÃES, 2008, p. 80).

As contribuições advindas dos estudos de Ranganathan, em especial das descrições acerca do desenvolvimento da *Colon Classification*, influenciaram, ainda no ano de 1952 a fundação da *Classification Research Group*, na Inglaterra. O grupo tinha por finalidade aperfeiçoar e melhorar as ferramentas existentes voltadas para a classificação da informação técnico-científica e estabelecer tais estudos enquanto campo de estudo específico. Entretanto, findou seus trabalhos em 1968, e contou com grandes nomes da literatura especializada em ORC, como Derek Austin, Eric Coates, Jason Farradane, Robert Fairthorne, Douglas Foskett, Barbara Kyle, Derek Langridge, Jack Mills, Bernard Palmer, Jack Wells e Brian Campbell Vickery.

A institucionalização disciplinar da ORC também contou com a contribuição da *Society for Classification*, fundada em 1977 por Ingetraut Dahlberg, tendo como abrangência os estudos e aplicações voltados para “a classificação, por meio de tesouros, taxonomias para ordenar objetos e taxonomia numérica, usando métodos formais e matemáticos para o reconhecimento de classes de objetos de acordo com suas características” (PINHO, 2009, p. 30). A composição do grupo contava com matemáticos e estatísticos que focavam as investigações em métodos de análise de dados. Não sendo esse o único interesse de Dahlberg, a pesquisadora, após 12 anos de contribuições, deixa a *Society for Classification* para dar início a um novo projeto: a *International Society for Knowledge Organization*, em 1989.

De acordo com Guimarães (2008), Pinho (2009), Ribeiro e Cerveira (2013), é através da *International Society for Knowledge Organization* – ISKO – que o universo investigativo e a produção teórica em ORC tem se configurado como campo científico, propiciando principalmente a interlocução científica internacional, reconhecendo a ORC como um dos marcos conceituais da CI, inclusive evidenciando historicamente seus aspectos teóricos, conceituais e instrumentais que envolvem a Organização e Representação do Conhecimento no cerne desta Ciência. A constituição da ISKO e o investimento científico nas suas teorias deram origem a uma área de pesquisa e conseqüentemente a uma disciplina no âmbito da CI.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível inferir que, a consolidação acadêmica da Biblioteconomia e, posteriormente, da Ciência da Informação e todo aparato tecnológico que desponta nos anos de 1950, desencadearam experiências de tratamento automatizado da informação e as três principais abordagens teóricas influenciaram tanto na prática investigativa de novos procedimentos, como na geração de produtos e instrumentos. Esses aspectos evidenciam a constituição da ORC como disciplina científica no âmbito da CI.

Foi possível demonstrar que, dentro de todo percurso histórico, os liames interdisciplinares que sobrepujam a CI são os mesmos que a aproximam e mesclam com a ORC. A institucionalização da ORC reflete-se também no construto da CI, compreendendo que a primeira é uma especialidade da segunda e sua constituição ocupa espaço nuclear como disciplina científica da área. Mediante histórico dos processos de organização do conhecimento e seu estabelecimento enquanto campo científico é salutar que a as pesquisas em CI constitua-se como um marco de institucionalização cognitiva para a área, uma vez que define seu campo de investigação e pontua sua estrutura conceitual. Enquanto especialidade, a ORC contempla os estudos inerentes ao tratamento documental e a organização e representação dentro dos sistemas informacionais e classificatórios do conhecimento. Permeia assim todas as demais áreas de pesquisa, uma vez que nenhum processo ligado à informação, em nível de ordenação, mediação, adoção de tecnologias e desenvolvimento de instrumentos e produtos poderá ser conduzido sem encontrar-se devidamente organizado. A ORC desenvolveu-se como disciplina mantendo uma correlação com outras áreas científicas, primeiramente por ser um campo de investigação considerado independente, e pela legitimidade enquanto subcampo de uma ciência interdisciplinar.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARISTÓTELES. **Órganon**. Tradução do grego, textos adicionais e notas de Edson BINI. Bauru: Edipro, 2005.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 1, n. 2, p. 1-20, jul./dez. 2007.

CABRÉ, Maria Teresa. La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 3, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/487/442>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

CAIXETA, Mario; SOUZA, Renato Rocha. Representação do conhecimento: história, sentimento e percepção. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 34-55, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1815/0>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

DAHLBERG, Ingetraut. O futuro das linguagens de indexação. Tradução do inglês por Henry B. Cox. Palestra apresentada à Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica, Rio de Janeiro, 12-17 de setembro de 1972. **Anais...** Brasília, IBICT/ABDF, 1979. v. 1, p. 323-334. Disponível em: Acesso em: 12 jul 2015.

_____. Knowledge organization: a new science? **Knowledge organization**, v. 33, n. 1, 2006.

DODEBEI, Vera Lúcia. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Rio de Janeiro: Intertexto, 2002. 119p.

EGAN, Margaret Elizabeth; SHERA, Jesse Hauk. Prolegomena to bibliographic control. **Journal of Cataloging and Classification**, v. 5, n. 2, p.17-19, 1949.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, n.1, p. 77-99, 2008. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/RICI/article/view/Article/2761>>. Acesso em: 20 abril 2015.

_____. A análise documentária no âmbito do tratamento temático da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (Orgs.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 100-117.

_____; DOBEDEI, Vera Lucia (Orgs.). Introdução. In: DESAFIOS e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade. Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012. e-Book.

_____; MORAES, J. B. E.; GUARIDO, M. D.M. . Análisis documental de contenido de textos narrativos: bases epistemológicas y perspectivas metodológicas. In: MARCO, Francisco Javier García (Orgs.). **Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación en entorno digital**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2007. p. 93-100.

_____; PINHO, Fabio Assis; FERREIRA, Gustavo, Melett. Relações teóricas da organização do conhecimento com as abordagens de catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Scire** (Zaragoza), v. 18, p. 33-43, 2012. Disponível em: <<http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/viewFile/3971/3704>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 17-44.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KAULA, Prithvi N. **Repensando os conceitos no estudo da classificação**. 1982. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/>> acesso em: 10 abr. 2015.

LANGRIDGE, Derek. **Classificação**: abordagem para estudantes de Biblioteconomia. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. **Representação e linguagens documentárias**: bases teórico-metodológicas. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Comunicação)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

LÓPEZ YEPES, José. **Teoría de la documentación**. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), 1978.

MATURANA, Humberto. R.; VARELA, Francisco. J. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Pala Athenas, 2001.

MONTEIRO, Silvana Drumond; GIRALDES, Maria Júlia Carneiro. Aspectos lógico-filosóficos da organização do conhecimento na esfera da ciência da informação. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 13-27, set./dez. 2008.

MORAES, Alice Ferry de; ARCELLO, Etelvina Nunes. O conhecimento e sua representação. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 10, n. 2, 2000.

MORIN, Edgar. **O método 3**: o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2004.

NUNES, Leiva; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Da filosofia da classificação à classificação bibliográfica. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 30-48, jul./dez. 2009.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out., 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm>. Acesso em: 10 mar. 2015.

PIEDADE, Maria Antonieta Requião. **Introdução à teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

PINHO, Fábio Assis. **Fundamentos da organização e representação do conhecimento**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

PINTO, Virgínia Bentes; MEUNIER, Jean-Guy; SILVA NETO, Casemiro. A contribuição peirciana para a representação indexal de imagens visuais. **Enc. Bibli.** R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 25, p. 15-35, 1º sem.2008. Disponível em; <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1153/878>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Leitura**: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, n.2, p. 19-33, 1998. Disponível em <<http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo-classificacao.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2015.

RIBEIRO, Fernanda; CERVEIRA, Maria Elisa. Apresentação. In: RIBEIRO, Fernanda; CERVEIRA, Maria Elisa. (Org.). **Informação e/ou conhecimento**: as duas faces de Jano. Porto: Faculdade de Letras do Porto; CETAC/MEDIA, 2013, p. 15.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos avançados**, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141988000200007&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 maio. 2015.

SARACEVIC, Tefklo. Interdisciplinarity nature of Information Science. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SHERA, Jesse H. **Padrão, estrutura e conceituação na classificação**. 1957. Disponível em: <www.conexaorio.com/biti/shera/index.htm>. Acesso em: 26 mar 2015.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Organização do conhecimento na sociedade**. Florianópolis: NUP, 1998. (Coleção Cadernos CED).

TORRES, Julio Santiago; TORNAY-MEJIAS, Francisco; GOMEZ-MILAN, Emilio. La organización del conocimiento. In: __. **Procesos psicológicos básicos**. MCGRAW-HILL: Madrid, 1999.

ZANDONADE, Tarciso. **As implicações da epistemologia social para uma teoria da recuperação da informação**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação)-Universidade de Brasília - UNB, Brasília, 2003.